



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140995 - BA (2021/0002926-2)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : KLAIVER MASCENA OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por KLAIVER MASCENA OLIVEIRA contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8003283-79.2020.8.05.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente, desde 20/9/2018, pela suposta prática de homicídio qualificado (art. 121, *caput* e § 2º, inciso I, do Código Penal).

Nesta via, a defesa sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta ao recorrente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Acrescenta que a prisão preventiva do paciente é ilegal, ante a ausência de realização da audiência de custódia.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da custódia preventiva imposta ao recorrente, ainda que com a imposição de medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão diante da existência de decisão fundamentada quanto à decretação da prisão preventiva.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente